



União Europeia
Política Regional

pt info regio

| N.º 15 | Dezembro de 2004 |

panorama



O Fundo de Solidariedade

e a prevenção de riscos

Sumário

O Fundo de Solidariedade e a prevenção de riscos

A União cria solidariedade

Com o Fundo de Solidariedade, cuja origem se encontra nas inundações dramáticas do Verão de 2002, a União Europeia quis dotar-se de um instrumento que lhe permitisse manifestar uma solidariedade financeira com os Estados-Membros e com os países candidatos à adesão vítimas de catástrofes excepcionais.

O Fundo de Solidariedade na Saxónia (Alemanha) — Uma resposta rápida e adaptada às inundações de Agosto de 2002

O restabelecimento rápido da situação na Saxónia, região fortemente afectada pelas inundações de Agosto de 2002, ilustra particularmente bem o objectivo do Fundo de Solidariedade da União Europeia: facilitar a reconstrução das infra-estruturas técnicas e sociais o mais depressa possível após uma catástrofe.

Testemunho: República Checa

O FSUE em acção: Malta, França, Áustria e Espanha

Testemunho: Portugal

Reportagem: França — Em socorro do Gard

Fustigado duas vezes por graves inundações, o departamento do Gard beneficiou do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) para recuperar dos importantes danos sofridos, reparar as infra-estruturas e os serviços sanitários ou socioeducativos e, também, para proteger o território e prevenir, tanto quanto possível, riscos futuros. No total, foram empreendidas 115 operações que constituíram uma autêntica façanha em termos de gestão atendendo aos prazos curtos exigidos.

Testemunho: Itália

A prevenção dos riscos é uma prioridade dos fundos estruturais para o período 2007-2013

Impõe-se na União Europeia uma abordagem global e integrada dos riscos.

Interreg em acção: Países Baixos, espaço atlântico, mar do Norte, espaço alpino

3



10



12

13

14

15



18

19



21

Fotografias (páginas): CEDRE (1, 21), promotores de projecto (3, 4, 17), Préfecture de Provence-Alpes-Côte d'Azur (6, 13), European Space Agency (5), Istituto Nazionale di Fisica Nucleare (7), AEIDL (7, 16), Ministerstvo financí (7, 12) Dipartimento della protezione civile (8, 18), Sächsische Staatskanzlei (10), Malta's Planning & Priorities Co-ordination Division (13), Österreichisches Bundesministerium für Inneres (13), Parque Nacional marítimo-terrestre de las islas atlánticas de Galicia (13), Câmara Municipal de Monchique (14), Institution Maintenon (15), Rijkswaterstaat-Directie Oost Nederland (19), Bulgarian Ministry of Energy and Energy Resources (20), IRMA (21), Interreg IIIB North Sea Programme Secretariat (21), Università degli Studi di Trieste (21).

Capa: Despoluição na sequência da maré negra do Prestige

Editor responsável: Thierry Daman, CE, DG da Política Regional

Esta revista é impressa em inglês e francês em papel reciclado.

O dossiê temático está disponível em 19 línguas da União Europeia na Internet em http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_pt.htm.

Os textos desta publicação não têm valor legal.

A União cria solidariedade

Por Johannes Wachter (*)



Cadeia de solidariedade durante as inundações de 2002 na Alemanha.

Com o Fundo de Solidariedade, cuja origem se encontra nas inundações dramáticas do Verão de 2002, a União Europeia quis dotar-se de um instrumento que lhe permitisse manifestar uma solidariedade financeira com os Estados-Membros e com os países candidatos à adesão vítimas de catástrofes excepcionais.

No Verão de 2002, a Europa Central sofreu inundações de uma amplitude sem precedentes que perturbaram o funcionamento das infra-estruturas socioeconómicas de regiões inteiras e danificaram o património cultural e natural. Os prejuízos directos na Áustria, República Checa e Alemanha e, semanas depois, no Sul da França foram calculados em mais de 15 mil milhões de euros.

Em 18 de Agosto de 2002, na «cimeira das inundações», que reuniu os dirigentes dos países afectados, a presidência dinamarquesa do Conselho e a Comissão exprimiram a sua convicção comum de que não se podia deixar estes países abandonados na luta contra a catástrofe. Impunha-se, assim, uma

acção de solidariedade por parte da União Europeia. Nas duas semanas subsequentes à catástrofe, a Comissão propôs, numa comunicação, a criação de um novo instrumento específico para fazer face às catástrofes de grandes proporções através da mobilização rápida de recursos financeiros ⁽²⁾. Seriam elegíveis os Estados-Membros assim como os países candidatos, objecto de negociações de adesão em curso.

O Parlamento Europeu e os Estados-Membros apoiaram unanimemente esta ideia e manifestaram o desejo de tornar o dispositivo rapidamente operacional, a fim de poder mobilizá-lo antes de finais de 2002.

O regulamento do Conselho que institui o FSUE

Num tempo recorde, menos de três semanas depois da publicação da comunicação, a Comissão apresentou a sua proposta de criação de um «Fundo de Solidariedade da União Europeia» ⁽³⁾ (FSUE).

(*) Administrador principal na Direcção-Geral da Política Regional da Comissão Europeia. Este artigo baseia-se no relatório da Comissão — Fundo de Solidariedade da União Europeia — Relatório anual de 2002-2003 e balanço da experiência adquirida num ano de aplicação do novo instrumento, COM (2004) 397 final, adoptado em 26 de Maio de 2004.

(2) Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho — Reacção da Comunidade às inundações na Áustria, Alemanha e em vários países candidatos — Uma iniciativa solidária, COM (2002) 481 final.

(3) Proposta de regulamento do Conselho que institui o Fundo de Solidariedade da União Europeia, COM (2002) 514 final, de 18 de Setembro de 2002.



Alemanha, Verão de 2002: quando o Elba sai das margens...

O Conselho iniciou imediatamente o exame da proposta, revelando duas grandes preocupações: por um lado, a vontade de adoptar e executar rapidamente o novo instrumento e, por outro, a preocupação de garantir meios que impeçam a sua utilização frequente, dado este ser um instrumento de último recurso. A proposta da Comissão foi assim consideravelmente endurecida em alguns pontos.

Em 11 de Novembro de 2002, o Conselho adoptou o novo regulamento ⁽⁴⁾, cujos princípios básicos são os seguintes:

- > o Fundo de Solidariedade da União Europeia intervém «principalmente» em caso de catástrofes naturais de grandes proporções e cobre os Estados-Membros e os países candidatos cuja adesão à União Europeia esteja em negociação. A proposta inicial da Comissão incluía as catástrofes tecnológicas e ecológicas, mas a preocupação de não entrar em conflito com o princípio do «poluidor-pagador» e de evitar que a parte responsável seja exonerada da sua responsabilidade jurídica nos prejuízos causados levou a limitar o seu campo de acção;
- > entende-se por «catástrofe de grandes proporções» uma catástrofe que provoque prejuízos estimados em mais de 3 mil milhões de euros (a preços de 2002) ou represente 0,6% do rendimento nacional bruto (RNB) do Estado em causa (a Comissão tinha, inicialmente, proposto mil milhões ou 0,5% do PIB). Este duplo critério permite ter em conta a prosperidade relativa e a força económica do Esta-

do em causa (ver quadro dos actuais limiares de mobilização em valor absoluto por país);

- > sublinhe-se a este respeito que a Comissão só tem em conta os prejuízos directos. Os indirectos, que resultem de perdas de rendimentos e de produção, para os quais não exista um método de avaliação comparável e geralmente aceite, não são tomados em consideração;
- > excepcionalmente, é possível mobilizar o Fundo para as catástrofes que não atingem o limiar fixado para os prejuízos:
 1. quando uma catástrofe de grandes proporções ocorrida num país afecta igualmente um país vizinho (qualquer que seja a amplitude dos prejuízos neste último),
 2. as catástrofes regionais «fora do comum», que estão sujeitas a critérios particularmente restritos (ver a seguir). No entanto, o legislador pretende claramente que seja uma excepção e pede à Comissão que examine tais pedidos «com o máximo rigor». Como precaução suplementar, o Conselho limitou o montante anual total atribuído para estas subvenções a 75 milhões de euros;
- > os pedidos de intervenção devem ser apresentados pelo governo nacional do país afectado (e não pelas autoridades regionais ou locais) e devem ser recebidos pela Comissão num prazo de 10 semanas a contar da ocorrência dos primeiros prejuízos causados pela catástrofe;

⁽⁴⁾ Regulamento (CE) n.º 2012/2002 do Conselho, JO L 311 de 11.11.2002.

- > as intervenções do Fundo limitam-se às despesas públicas e só podem ser utilizadas para financiar as acções de primeira urgência:
 - a) restabelecimento imediato do funcionamento das infra-estruturas (energia, água, transportes, etc. mas também saúde e ensino),
 - b) alojamento provisório e serviços de socorro,
 - c) criação de condições de segurança das infra-estruturas de prevenção e medidas de protecção do património cultural,
 - d) limpeza das áreas sinistradas, incluindo as zonas naturais;
- > são excluídos os prejuízos segurados ou seguráveis e as medidas meramente preventivas. O regulamento introduz a noção de não segurabilidade essencialmente para não desvalorizar o princípio do «poluidor-pagador» e a obrigação de tomar medidas de precaução suficientes. Por conseguinte, não são elegíveis os prejuízos privados, inclusive os causados às empresas. Os bens públicos, que não estão protegidos pelo seguro na maioria dos países, são, todavia, elegíveis dentro dos limites supracitados;
- > o FSUE é o menos burocrático possível. Por isso, e contrariamente aos fundos estruturais, não está prevista nenhuma programação, nenhum co-financiamento, nem nenhum mecanismo específico de acompanhamento ou de relatório. Cabe totalmente ao Estado beneficiário aplicar a ajuda financeira e proceder à selecção dos projectos. Porém, a Comissão decidiu efectuar visitas ao terreno, que permitem aos beneficiários pedir conselho, se o considerarem necessário, e à Comissão verificar se o sistema de execução é adequado e se os progressos realizados são

suficientes para se prever que a subvenção será totalmente utilizada dentro do prazo de um ano;

- > contudo, a Comissão e o Estado beneficiário celebram um acordo de execução que determina as exigências mínimas respeitantes à atribuição das responsabilidades, ao controlo financeiro, etc. e que define os tipos de acções elegíveis previstas. Celebrado o acordo, a Comissão paga a totalidade da subvenção e o Estado beneficiário tem um ano para a utilizar. Este prazo de um ano não pode ser prolongado;
- > seis meses após o fim da execução, o Estado beneficiário apresenta à Comissão um relatório final sobre a utilização correcta da subvenção. Os montantes não utilizados ou mal afectados são reembolsados. Concluído este procedimento, a Comissão dá por terminada a intervenção do Fundo.

Limiares das catástrofes de grandes proporções por país em 2004

País	Limiar (em milhões de euros)	País	Limiar (em milhões de euros)
Bélgica	1 596,775	Reino Unido	3 066,255
Dinamarca	1 083,705	Bulgária	99,563
Alemanha	3 066,255	Chipre	63,803
Grécia	849,027	República Checa	424,259
Espanha	3 066,255	Estónia	38,082
França	3 066,255	Hungria	373,017
Irlanda	634,065	Lituânia	87,039
Itália	3 066,255	Letónia	55,426
Luxemburgo	116,321	Malta	25,119
Países Baixos	2 658,006	Polónia	1 212,140
Áustria	1 273,720	Roménia	289,248
Portugal	757,625	Eslovénia	132,975
Finlândia	837,714	Eslováquia	152,626
Suécia	1 518,971		

Os limiares aplicáveis em 2004 representam 0,6% do RNB (preços de 2002) com um máximo de 3 mil milhões a preços de 2002, ou seja, 3,066255 mil milhões de euros.

Financiamento da solidariedade

Um problema importante levantado pela criação do Fundo de Solidariedade era determinar um modo de financiamento adequado. Como o orçamento comunitário não permite disponibilizar recursos suficientes de maneira fiável no âmbito das perspectivas financeiras para o período 2000-2006, decidiu-se mobilizar o FSUE à margem do orçamento normal e dotá-lo de recursos adicionais «frescos». Em termos de técnica orçamental, isso só era possível através da criação de um novo «instrumento de flexibilidade» e da revisão do acordo interinstitucional sobre a disciplina orçamental entre o Conselho, o Parlamento e a Comissão. Nesta base, o Fundo pode acordar subvenções à frequência de mil milhões de euros por ano. Mas só será efectivamente mobilizado o montante considerado necessário a cada caso e os recursos não utilizados não podem ser transferidos para o exercício seguinte.



Fotografia dos incêndios de 2003 em Portugal e Espanha tirada por satélite.

Isto significa que a Comissão não pode tomar sozinha a decisão de mobilizar o FSUE. Com efeito, após ter examinado profundamente o pedido, a Comissão tem apenas o poder de propor esta mobilização, sendo depois necessário um procedimento completo para adoptar um orçamento rectificativo que integre o montante considerado necessário. Só depois de ter obtido o acordo do Conselho e do Parlamento é que a Comissão pode atribuir a subvenção.

Este procedimento, que pode parecer complexo e moroso, tem contudo o mérito de associar plenamente o Parlamento e o Conselho em cada situação que solicite a solidariedade europeia.

O montante da ajuda financeira

O regulamento do Conselho não contém nenhuma regra específica sobre a maneira de determinar o montante da ajuda financeira a conceder, mas inclui diversas indicações, em especial a necessidade de um tratamento equitativo de todos os pedidos. Além disso, preocupada em respeitar os princípios de transparência, solidariedade e subsidiariedade, a Comissão adoptou um sistema progressivo em duas fases: uma primeira intervenção de 2,5% para a parte dos prejuízos inferior ao limiar de «catástrofe de grandes proporções», a que acresce uma segunda intervenção mais elevada (6%) para a parte dos prejuízos que excede esse limiar. A Comissão aplica o mesmo método relativamente a catástrofes regionais fora do comum, cujos prejuízos não atingem este limiar. Neste caso, a ajuda concedida corresponde a 2,5% dos prejuízos directos totais.

Este método permite a concessão de várias subvenções por ano para catástrofes de proporções diferentes e que afectem países que não têm a mesma capacidade económica. A intensidade da ajuda financeira é também mais importante tratando-se de catástrofes de grandes proporções do que de pequenas catástrofes e varia de acordo com a capacidade do país afectado em enfrentar a situação com os seus próprios meios.



França: operação de limpeza após as inundações do Ródano em Dezembro de 2003.

Aplicação do regulamento

Até Setembro de 2004, a Comissão recebeu, surpreendentemente, um total de 17 pedidos de mobilização do Fundo de Solidariedade (*ver quadro*).

Só foram aceites cinco destes pedidos na categoria «catástrofe de grandes proporções» (prejuízos superiores ao limiar previsto): as inundações na Áustria, Alemanha e República Checa em 2002, os incêndios florestais em Portugal e as tempestades e inundações em Malta em 2003. O pedido relativo às intempéries inverniais sofridas pela Grécia não foi considerado dentro deste critério. Um pedido para os incêndios florestais que deflagraram em Espanha em 2003 foi aceite ao abrigo do critério «país vizinho», ao passo que os dez outros pedidos, ou seja, a maioria dos casos, pertenciam à categoria «catástrofe regional». Um único pedido, o relati-

Pedidos de mobilização do FSUE (Novembro de 2002 a Setembro de 2004)

	País	Natureza da catástrofe	Amplitude	Ajuda concedida (em milhões de euros)
2002	Áustria	Inundações	Grandes proporções	134
	República Checa	Inundações	Grandes proporções	129
	França	Inundações (Gard)	Regional	21
	Alemanha	Inundações	Grandes proporções	444
2003	Espanha	Maré negra (<i>Prestige</i>)	Regional	8,626
	Itália	Tremor de terra (Molise/Puglia)	Regional	30,826
	Itália	Erupção vulcânica (Etna)	Regional	16,798
	Itália	Inundações (Norte da Itália)		Rejeitado
	Grécia	Intempéries inverniais		Rejeitado
	Portugal	Incêndios florestais	Grandes proporções	48,539
	França	Incêndios florestais (Sul da França)		Rejeitado
	Espanha	Incêndios florestais (fronteira portuguesa)	País vizinho	1,331
	Malta	Inundações	Grandes proporções	0,961
	Itália	Inundações (Friul-Veneza-Juliana)		Rejeitado
2004	França	Inundações	Regional	19,625
	Espanha	Inundações (Málaga)		Rejeitado
	Espanha	Incêndios florestais		Em curso
Total da ajuda financeira concedida				854,706

vo ao naufrágio do petroleiro *Prestige*, não era de origem natural.

O exame dos pedidos mostrou que a interpretação de determinadas noções essenciais do regulamento era indispensável para que pudessem ser aplicadas na prática. No seu relatório publicado em 2004 ⁽⁵⁾, a Comissão relata os diferentes problemas encontrados e descreve o método elaborado para garantir um tratamento equitativo e coerente dos pedidos.



Itália: o Etna em erupção no Outono de 2002.

A maior parte das dificuldades reside nos pedidos de mobilização excepcional do Fundo, baseados no critério de catástrofe regional em circunstâncias excepcionais, mobilização esta que depende de três condições:

- 1) a catástrofe deve ser «sobretudo» uma catástrofe natural;
- 2) deve afectar a maior parte da população da região;
- 3) deve ter repercussões graves e prolongadas nas condições de vida e na estabilidade económica da região.

Além disso, o regulamento sublinha a necessidade de prestar uma atenção especial às regiões remotas ou isoladas.

Estes critérios colocam problemas específicos. Em especial, o Estado requerente deve fornecer uma indicação precisa da região afectada e da população aí residente. Deve demonstrar que pelo menos 50% dos habitantes da região sofreram um prejuízo pessoal ou um prejuízo grave resultante da catástrofe. Embora não seja necessário respeitar as fronteiras administrativas (dado que as catástrofes também não o fazem), a região afectada deve, no entanto, ser contígua. Não é elegível a acumulação de acontecimentos dispersos geograficamente. Por outro lado e dada a razão de ser do FSUE, a zona ou a população afectada deve ser importante no contexto nacional, o que exclui acontecimentos meramente locais para os quais não é relevante o critério de estabilidade económica. É necessário demonstrar o impacto negativo sobre as condições de vida como, por exemplo, o alojamento provisório prolongado, a indisponibilidade prolongada das infra-estruturas normais (água, energia, principais infra-estruturas de transporte, de telecomunicações, etc.) e o risco duradouro para a saúde. Esse impacto não pode ter uma duração inferior a um ano. Tanto o afastamento como o isolamento não são critérios em si, mas

os pedidos relativos a regiões mais centrais devem, no entanto, justificar razões particularmente sérias.

Todas estas condições devem estar reunidas para se poder qualificar uma catástrofe de «fora do comum», dado ela ultrapassar pela sua natureza, pela dimensão dos prejuízos causados ou pelo impacto na região, as consequências razoavelmente previsíveis. Entre Dezembro de 2002 e Setembro de 2004, a Comissão considerou que apenas seis pedidos deste tipo reuniam os critérios necessários e propôs, consequentemente, a mobilização do Fundo. Foram rejeitados quatro pedidos.



Reconstrução de uma ponte na região de Pilsen (República Checa).



Ponte do Gard (França): no primeiro plano, muro de protecção construído com a ajuda do FSUE.

⁽⁵⁾ Ver a nota de pé de página ⁽¹⁾.

Primeiras lições

A razão que presidiu à criação do Fundo de Solidariedade e o conceito subjacente correspondem à vontade de dotar a União de um instrumento que lhe permita manifestar uma solidariedade financeira para com os Estados-Membros e os países candidatos à adesão, que sejam vítimas de catástrofes de proporções de tal maneira anormais que as suas capacidades — no espírito do princípio de subsidiariedade — que os Estados-Membros aceitaram mobilizar recursos financeiros à margem do orçamento comunitário normal.

As cinco catástrofes de grandes proporções, para as quais se mobilizou o Fundo de Solidariedade desde 2002, ilustraram a sua eficácia e mostraram que este fundo preenche a sua missão. Todavia, algumas melhorias administrativas e uma racionalização do processo orçamental permitiriam o pagamento, ainda mais rápido, das subvenções.

Para aqueles casos que não entram no âmbito de aplicação principal do Fundo, a conclusão deverá ser um pouco mais matizada.

Os pedidos de mobilização do Fundo para catástrofes cujos prejuízos são inferiores ao limiar das «catástrofes de grandes proporções» constituem a maioria e não a excepção. A avaliação dos correspondentes critérios específicos é por vezes difícil e gera atrasos.

Apesar destas fraquezas e de algumas críticas formuladas pelo Conselho sobre a falta de rigor na aplicação dos critérios, pode-se concluir que também para os casos excepcionais o Fundo funcionou geralmente de maneira satisfatória. Mas os pedidos recentes mostram uma tendência para soli-

ciar a ajuda financeira a catástrofes de menor monta, apesar de haver indicações claras relativas ao campo de acção do Fundo. Resta saber se isso terá consequências a nível legislativo.

E no futuro?

No seu relatório de 26 de Maio de 2004, a Comissão nota que, com menos de dois anos de aplicação, é ainda demasiado cedo para formular uma apreciação definitiva sobre o funcionamento do Fundo e propor alterações substanciais ao regulamento, apesar dos problemas já identificados.

Além disso, é cada vez mais evidente que o Fundo de Solidariedade e os diversos instrumentos comunitários actualmente disponíveis não chegam para a União reagir apropriadamente a todas as eventualidades de crise em que seria desejável uma acção à escala europeia. Essas situações poderiam ser, por exemplo, atentados terroristas, graves acidentes tecnológicos ou ameaças para a saúde pública.

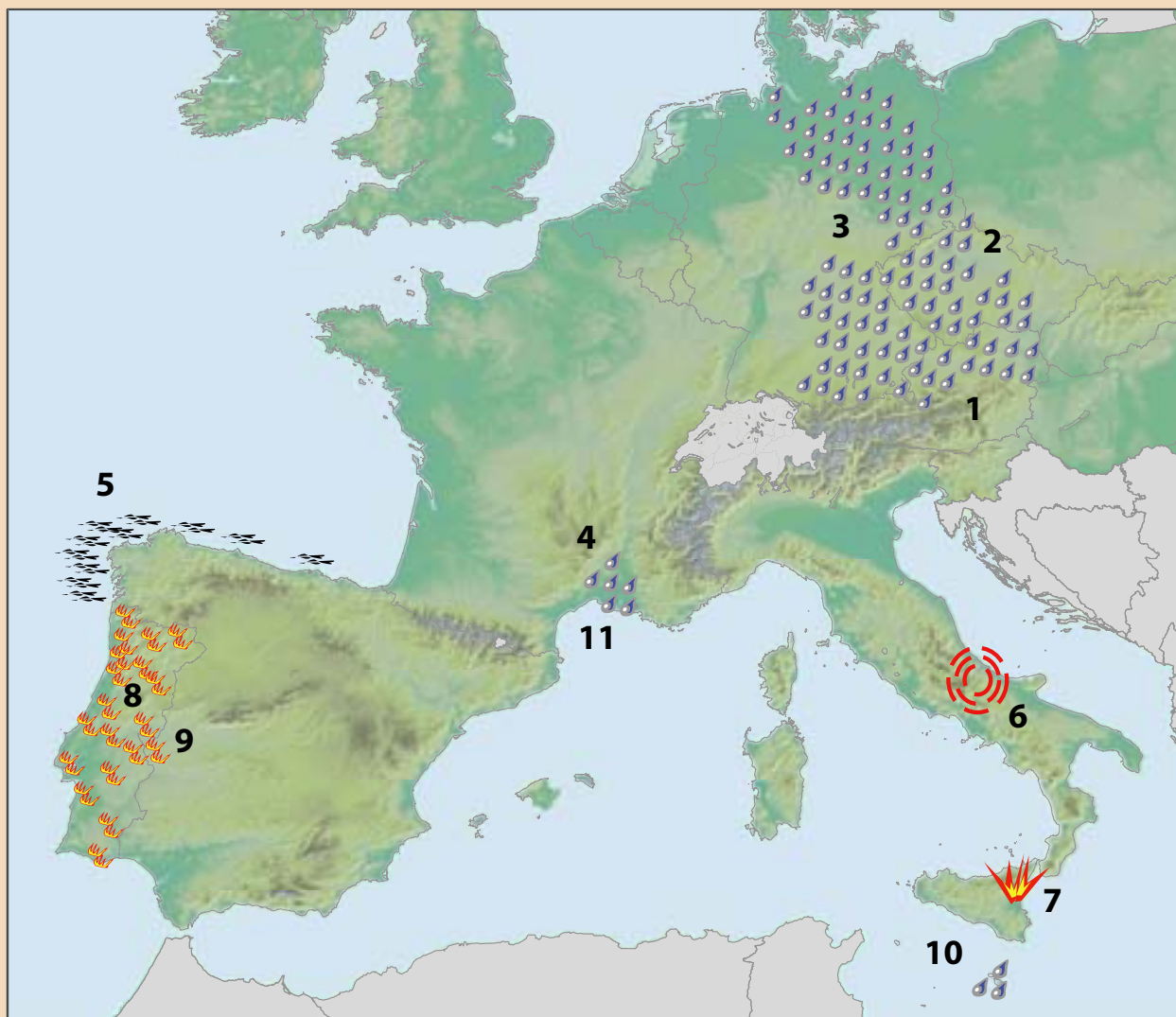
Estas reflexões levaram a Comissão a incluir na sua comunicação sobre as perspectivas financeiras para o período 2007-2013 ⁽⁶⁾ uma proposta destinada a reagrupar as acções e os instrumentos existentes a nível europeu, bem como um determinado número de iniciativas novas ou complementares num instrumento de solidariedade e de reacção rápida que permitirá uma abordagem comum das situações de emergência e fornecerá aos cidadãos uma resposta europeia em caso de desastres graves. Poderá igualmente prever fundos para prestar assistência às vítimas do terrorismo, responder às necessidades em matéria de protecção civil e reagir às crises de saúde pública e às consequências de outras catástrofes naturais. O trabalho está apenas no princípio...



■ Grupo escolar provisório financiado pelo FSUE para os sinistrados de San Giuliano di Puglia (Itália).

⁽⁶⁾ Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: perspectivas financeiras para o período 2007-2013, COM(2004) 487 final, de 14 de Julho de 2004.

Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE)



Mobilização do FSUE entre Novembro de 2002 e Setembro de 2004

2002	Milhões de euros		2003	Milhões de euros		2004	Milhões de euros	
1 Áustria	Inundações	134,000	5 Espanha	Maré negra	8,626	11 França (Ródano)	Inundações	19,625
2 República Checa	Inundações	129,000	6 Itália	Tremor de terra	30,826			
3 Alemanha	Inundações	444,000	7 Itália (Etna)	Erupção vulcânica	16,798			
4 França (Gard)	Inundações	21,000	8 Portugal	Incêndios	48,539			
			9 Espanha	Incêndios	1,331			
			10 Malta	Inundações	0,961			

O Fundo de Solidariedade na Saxónia (Alemanha)

Uma resposta rápida e adaptada às inundações de Agosto de 2002

por Ulrich Kraus (*)

A rápida recuperação da situação na Saxónia, região fortemente afectada pelas inundações de Agosto de 2002, ilustra particularmente bem o objectivo do Fundo de Solidariedade da União Europeia: facilitar a reconstrução das infra-estruturas técnicas e sociais o mais depressa possível após uma catástrofe.



Passadiço suspenso de Grimma antes e depois da intervenção do FSUE.

Entre 10 e 19 de Agosto de 2002, fortes precipitações, nomeadamente na bacia superior do rio Elba e dos seus afluentes, provocaram cheias terríveis, de uma amplitude devastadora e sem precedentes na Alemanha, especialmente no *Land* da Saxónia. Em 12 de Agosto, enormes quantidades de água, que em alguns lugares atingiram mais de 400 ml por m² em apenas 24 horas, acabaram por engrossar os caudais dos afluentes do rio Elba, que atravessa os montes Metálicos. Violentas correntes de água abriram caminho através dos vales estreitos do maciço, arrasando tudo à sua passagem. Estas primeiras cheias diluvianas foram seguidas, cinco dias depois, por uma segunda cheia do Elba que, acumulando enormes volumes de água dos numerosos afluentes checos e alemães, atingiu em Dresden, a 17 de Agosto, um recorde histórico de 9,40 m, ultrapassando assim em cerca de 70 cm o nível mais elevado de água até então registado na capital da Saxónia, que foi a cidade mais severamente atingida pelas inundações.

A consequência mais dramática desta catástrofe foi a morte, na Saxónia, de vinte pessoas arrastadas pelas águas. Cerca de dois terços do *Land* ficaram inundados e aproximadamente 25 000 habitações sofreram estragos, tendo sido completamente destruídas 400. Cerca de 740 quilómetros de estradas, 466 pontes e 20% das vias férreas da Saxónia foram danificados ou destruídos. As inundações obrigaram a evacuar pelo menos 10% dos hospitais do *Land* e foram igualmente afectados 280 estabelecimentos sociais: lares de idosos, residências de pessoas deficientes, etc. Foram seriamente danificados pelas águas muitos monumentos e edifícios culturais,



como o famoso Semperoper ou o Zwinger de Dresden. Por último, perto de 12 000 empresas, empregando cerca de 100 000 pessoas, sofreram prejuízos causados pelas águas, o que perturbou de uma forma significativa e prolongada as suas actividades.

No total, foram recenseados mais de 100 000 perdas e danos no *Land* da Saxónia. O montante dos prejuízos declarados ascende a cerca de 8,7 mil milhões de euros, dos quais mais ou menos 6,7 mil milhões correspondem a prejuízos elegíveis para indemnização, de acordo com os critérios dos programas de ajuda instaurados. Foram financiados mil milhões de euros através de fundos privados, tais como indemnizações pagas pelas companhias de seguro, várias campanhas de doações, ou ainda graças a fundos próprios das pessoas sinistradas. Os 5,75 mil milhões de euros restantes são provenientes de dinheiros públicos: um total de cerca de 4,8 mil milhões de euros foi atribuído pelo Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) e pelo fundo de ajuda à reconstrução da República Federal da Alemanha. A Saxónia e os conselhos sinistrados deverão, eles mesmos, fornecer, nos próximos anos, perto de 950 milhões de euros — exclusivamente para infra-estruturas danificadas — a fim de eliminar qualquer vestígio da catástrofe.

(*) Chancelaria do *Land* da Saxónia, director da Célula de Reconstrução.

Ainda durante a catástrofe foi criada uma célula de reconstrução, para coordenar os programas de ajuda necessários. Impunha-se, sobretudo, ajudar a população das zonas mais afectadas e restabelecer o acesso por estrada a essas zonas. Para isso, muitas estradas completamente destruídas pelas cheias, pontes e condutas de água e de gás tiveram de ser provisoriamente recuperadas.

Era também indispensável determinar com precisão a extensão dos prejuízos, para o que foi necessário definir critérios comuns, susceptíveis de constituírem uma base de avaliação dos prejuízos causados e de estimativa de custos para uma reconstrução duradoura. Só foram tidos em conta, quando foi feito o balanço do sinistro, os prejuízos causados directamente pelas inundações, como a destruição de habitações, de empresas ou de infra-estruturas. Não foram considerados prejuízos indirectos como, por exemplo, a perda de receitas apresentada por uma empresa, dado estes prejuízos serem extremamente difíceis de quantificar. O cálculo dos prejuízos directos foi confiado a um conjunto de peritos recrutados na Alemanha e noutros países.

Em 11 de Dezembro de 2002, a Comissão Europeia decidiu conceder à Alemanha uma ajuda financeira de 444 milhões de euros, a título do FSUE, para co-financiar as medidas de ajuda de emergência tomadas durante as inundações de Agosto de 2002. O acordo para a aplicação desta decisão foi assinado no dia seguinte pela Comissão Europeia e pelo Estado-Membro.

Tendo em linha de conta a estrutura federal da Alemanha, a utilização do financiamento do FSUE é da competência das autoridades federais e, ao mesmo tempo, dos *Länder* afectados. No *Land* da Saxónia, participaram na aplicação do Fundo de Solidariedade três níveis administrativos diferentes, sob a égide da Célula de Reconstrução na Chancelaria da Saxónia. A missão deste serviço, que dirigiu a coordenação e organização das ajudas financeiras entre os diversos níveis de competência, consistiu essencialmente em:

- > regular pormenores práticos com o Estado federal e a Comissão Europeia;
- > definir as modalidades de procedimento;
- > resolver os problemas de aplicação com os departamentos específicos competentes e com os serviços responsáveis pela afectação dos financiamentos.

A execução da intervenção foi confiada aos respectivos ministérios, cuja tarefa consistia basicamente em concretizar, no plano técnico, as medidas financiadas e em assegurar a aplicação administrativa e o controlo da intervenção do FSUE.

Um organismo autónomo, dependente do Ministério das Finanças da Saxónia, certificou a aplicação da intervenção, após ter verificado que os beneficiários das subvenções e os serviços encarregados da sua concessão tinham utilizado as ajudas financeiras em conformidade com os objectivos definidos. A longa experiência adquirida na gestão dos fundos estruturais pelos diferentes serviços envolvidos permitiu proceder a este exame de uma maneira muito eficaz.

Dos 265 milhões de euros concedidos à Saxónia ao abrigo do FSUE, cerca de 60% contribuíram para o financiamento de medidas de protecção e de luta contra as inundações durante a própria catástrofe. Tratava-se, nomeadamente, de financiar as intervenções de socorro. O FSUE também permitiu cobrir as despesas decorrentes da evacuação e do alojamento provisório das populações sinistradas, bem como as despesas de abastecimento e de cuidados médicos das populações, durante e após a catástrofe. Por último, o FSUE financiou acções imediatas, levadas a cabo para fazer desaparecer os prejuízos causados pelas águas: limpeza, desobstrução, evacuação das terras aluviais arrastadas pelas águas, acções indispensáveis para um primeiro restabelecimento das infra-estruturas destruídas.

Os restantes 40% da ajuda financeira europeia investida na Saxónia foram atribuídos a medidas imediatas destinadas a evitar qualquer perigo iminente, a restabelecer as infra-estruturas — tanto rodoviárias e fluviais como sociais e sanitárias — inteiramente destruídas e a proteger o património cultural. As operações de protecção efectuadas na Theaterplatz de Dresda, onde se erguem edifícios famosos como o Semperoper, o Zwinger e o palácio Taschenberg, são um excelente exemplo. Com efeito, em 12 de Agosto de 2002, esta magnífica esplanada foi tomada de assalto pelas águas do Weisseritz que a submergiram em poucos instantes.

A adopção extremamente rápida — por vezes mesmo durante a catástrofe — de diversas medidas de protecção, de desobstrução e de reparação, cuja maioria foi financiada com a ajuda do FSUE, permitiu ao *Land* da Saxónia parar os danos originados pela cheia. O empenho com que foram executadas as acções de desimpedimento evitou eventuais epidemias. Esta prontidão permitiu também abrir, em poucos dias, o acesso por estrada e por outras vias públicas às regiões mais sinistradas, principalmente as situadas nos vales mais recônditos dos montes Metálicos, serpenteados pelos afluentes do rio Elba. A conexão à rede pública de abastecimento de água e de gás foi restabelecida em poucas semanas. Também foi possível reparar, em poucos meses, os danos sofridos pelos edifícios culturais e históricos, que puderam, muito rapidamente, voltar a acolher o seu público.

O governo da Saxónia tinha-se imposto a missão de reparar, tanto quanto possível, os danos causados pelas inundações de Agosto de 2002 antes do final de 2004. Os trabalhos de reparação deviam igualmente responder a uma perspectiva de reconstrução duradoura, ou seja, uma reconstrução capaz de reduzir ao mínimo os prejuízos na eventualidade de novas inundações. A regulamentação regional — por exemplo a lei da Saxónia sobre a água — foi adaptada nesse sentido. Hoje, dois anos após os terríveis acontecimentos de Agosto de 2002, pode-se dizer que o objectivo previsto será alcançado. Ora, perante a dimensão dos prejuízos sofridos, consegui-lo era uma autêntica façanha. Para isso, o apoio do FSUE desempenhou, sem dúvida, um papel decisivo, tanto a nível material como no que respeita à rapidez de execução das reparações. Neste aspecto, foi sobretudo a regra que impõe a utilização do financiamento do FSUE no prazo de um ano que impulsionou — na Saxónia e por toda a parte — a velocidade com que foram executadas as medidas de reconstrução.

República Checa

«Aplicação do Fundo de Solidariedade da União Europeia na República Checa»



Dominika Heřtová, *directora de programa, Centro de Ajuda Estrangeira, Ministério das Finanças da República Checa*

A República Checa foi vítima, em Agosto de 2002, de condições meteorológicas extremas que resultaram em chuvas torrenciais e cheias devastadoras. As inundações afectaram catorze regiões do país. Morreram 17 pessoas e foram evacuadas 200 000. No total, 6% do território checo foi completamente inundado. O custo total dos prejuízos causados pelas inundações foi avaliado em mais de 2,3 mil milhões de euros.

Graças à reacção imediata da Comissão Europeia, que criou o Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE), as regiões checas sinistradas puderam beneficiar, quase imediatamente, de uma ajuda de 129 milhões de euros, concedida em Dezembro de 2002. A sua distribuição foi confiada ao Centro de Ajuda Estrangeira do Ministério das Finanças, mas coube aos destinatários finais (municípios, regiões e diversas entidades nacionais, associações, empresas privadas de produção e distribuição de energia, etc.) assumir a responsabilidade de calcular os custos elegíveis para a ajuda do FSUE.

A ajuda financeira foi atribuída aos trabalhos urgentes e ao restabelecimento das infra-estruturas sanitárias, dado ser imperativo cobrir os custos decorrentes do alojamento provisório das pessoas evacuadas e do restabelecimento da rede de abastecimento de água e de energia. Nas zonas urbanas, as ajudas concentraram-se essencialmente na limpeza e secagem dos edifícios municipais, assim como na evacuação da lama e dos detritos. Nas zonas rurais, os subsídios financiaram os trabalhos de desobstrução e de reparação bem como o reforço temporário das margens do rio.

Para além destas medidas de emergência, uma parte importante do subsídio do FSUE foi consagrada à renovação das infra-estruturas de transporte, a começar pelas vias rodoviárias locais, pontes, passeios e vias férreas. Foi concedido um apoio financeiro considerável ao restauro das zonas urbanas, bem como ao tratamento da água potável e das águas residuais.

Como a natureza dos prejuízos causados era idêntica em todas as regiões afectadas pelas inundações de 2002, estas acções tiveram lugar em cada uma dessas regiões. Algumas acções específicas foram também contempladas com a ajuda financeira do FSUE. Por exemplo, foi atribuído um montante de 3 169 371 euros a operações de preservação do memorial de Terezin. Foram essencialmente operações de protecção deste conjunto único de fortalezas e de limpeza e reparação do antigo sistema de drenagem. Foi também atribuído um montante de 466 099 euros para o salvamento dos arquivos históricos e de outros documentos preciosos,

danificados pelas inundações. Após a catástrofe, foi necessário congelar imediatamente os arquivos, para evitar que se danificassem ainda mais. Como os trabalhos de descongelamento, desinfecção e secagem só podiam ser realizados progressivamente, o seu custo foi extremamente elevado. A contribuição do FSUE permitiu cobrir uma parte das despesas decorrentes destas operações.

Os danos mais graves causados pelas inundações ocorreram na capital do país, Praga (incluindo o centro histórico), e na região da Boémia Central. A cidade de Praga recebeu um montante total de 60 187 314,50 euros. Estes fundos permitiram financiar medidas relativas ao alojamento e às infra-estruturas públicas de transporte, essencialmente para limpeza e secagem das estações de metropolitano inundadas. A maior parte das verbas concedidas à cidade foi consagrada ao restauro do património cultural e à saúde. Os fundos restantes foram afectados à educação, à reabilitação dos espaços verdes municipais e ao jardim zoológico de Praga. Foi previsto um subsídio específico para a limpeza e reparação do bairro de Karlin, que foi o mais danificado.

Prevenção

As inundações de Agosto de 2002 foram de natureza extrema. Considera-se que a ocorrência de tais condições nos principais cursos de água afectados só se repete de 500 a 1 000 anos, o que torna impossível tomar precauções eficazes para evitar completamente os prejuízos. Todavia, na sequência das inundações de 2002, procedeu-se a uma análise das medidas em vigor até então. As observações e recomendações resultantes desta análise estão agora integradas no sistema de protecção contra as inundações, tanto a nível nacional como regional. Além disso, a possibilidade de os fundos estruturais financiarem medidas preventivas contra as inundações foi considerada no quadro comunitário de apoio e no documento único de programação para a região de Praga.

A implementação do FSUE na República Checa foi concluída em Janeiro de 2004. A contribuição deste fundo foi uma ajuda importante permitindo às regiões checas enfrentarem as consequências das inundações de Agosto de 2002. A assistência foi considerada por todos os intervenientes como um exemplo de solidariedade e de intervenção rápida por parte da União Europeia.

Contacto: Dominika.Hertova@mfcz.cz.

MALTA

Intervenção em Malta e em Gozo



Custo total: 30 172 291 EUR
Contribuição da UE: 961 220 EUR

«O arquipélago de Malta foi fustigado por fortes tempestades e por chuvas torrenciais entre 15 e 17 de Setembro de 2003, provocando graves inundações que causaram prejuízos consideráveis. A ajuda de 961 220 euros, concedida pela União Europeia através do Fundo de Solidariedade, contribui para custear algumas despesas geradas pelas seguintes medidas: limpeza e reparação das condutas de água; restabelecimento da rede de distribuição de energia; reparação da rede rodoviária; trabalhos estruturais para a consolidação de alguns edifícios públicos; escavação e remoção dos detritos arrastados para os cursos de água; serviços de socorro; protecção e restauro do património e dos sítios culturais.»

Marlene Bonnici, directora-geral, coordenação do planeamento e das prioridades
info.ppcd@gov.mt (<http://ppcd.gov.mt>)

FRANÇA

Ródano: ajuda aos sinistrados e prevenção de inundações



Custo total: 870 000 000 EUR
Contribuição da UE: 19 625 000 EUR

«O Fundo de Solidariedade da União Europeia foi concedido em emergência, em Março de 2004, para cobrir as despesas de reparação dos prejuízos não segurados e causados pelas inundações de Dezembro de 2003 no delta do Ródano e nas regiões do Languedoc-Rossilhão e de Provença-Alpes-Côte d'Azur. O rio Ródano atingiu, nessa altura, o seu nível mais elevado desde que se mede o seu caudal. A contribuição europeia, recebida em Junho de 2004, foi imediatamente utilizada para custear as despesas geradas pelas intervenções de emergência (ajuda aos sinistrados) e sobretudo para reparação das obras de protecção contra as inundações, segundo um plano coerente e global destinado a gerir as cheias em toda a bacia do Ródano, desde o lago Léman até ao mar Mediterrâneo. Estes trabalhos estão ainda em curso e permitirão reconstituir as protecções necessárias para enfrentar os riscos de cheias que acompanham o Inverno.»

Frédéric Dohet, secretário-geral adjunto dos Assuntos Regionais, Prefeitura da Região de Provença-Alpes-Côte d'Azur
Frederic.DOHET@paca.pref.gouv.fr

ÁUSTRIA

Reparação das infra-estruturas



Custo total: 194 000 000 EUR
Contribuição da UE: 134 000 000 EUR

«As inundações de Agosto de 2002 provocaram consideráveis danos nas infra-estruturas públicas. Calculam-se os prejuízos em 2,9 mil milhões de euros. Foram sobretudo atingidas as regiões da Alta Áustria, Baixa Áustria e o Land de Salzburgo. Sessenta por cento da contribuição do Fundo de Solidariedade serviram para reparar, em emergência, as infra-estruturas de transporte: vias férreas, vias fluviais e estradas. Trinta e cinco por cento serviram para reforçar as margens dos cursos de água. O resto contribuiu para financiar a limpeza das zonas naturais e para operações de reparação das redes de distribuição de água, de energia e de telecomunicações, bem como para custear a reparação das escolas.»

Siegfried Jachs, Ministério do Interior da Áustria
siegfried.jachs@bmi.gv.at

ESPANHA

Despoluição na sequência da maré negra do Prestige



Custo total: 12 600 000 EUR
Contribuição da UE: 8 626 000 EUR

«O Parque Nacional marítimo-terrestre das ilhas Atlânticas da Galiza inclui vários arquipélagos (Ons, Cies e Salvoia) bem como os fundos marinhos da plataforma continental que o cercam. Este meio natural extremamente rico e diversificado, que é refúgio para numerosas aves e espécies marinhas, foi directamente atingido pela maré negra provocada pelo naufrágio do petroleiro *Prestige*, em Novembro de 2002. Para recuperar os hidrocarbonetos e limpar as zonas atingidas foi instaurado um dispositivo de emergência que mobilizou todo o pessoal da rede de parques nacionais espanhóis. Foram limpos manualmente cerca de 10 000 hectares de costa e de fundos marinhos. Métodos experimentais, como a hidrolimpeza e a bio-restauração foram então utilizados e alargados depois a todo o litoral afectado. Estes esforços foram, de certo modo, recompensados pela Comissão Europeia, que decidiu, em 15 de Dezembro de 2003, fazer intervir o Fundo de Solidariedade com 8 626 000 euros.»

Jesús Casas, director do planeamento e programação técnica, Serviço Autónomo dos Parques Nacionais
jesus.casas@oapn.mma.es

Portugal

«O FSUE face aos incêndios do Verão de 2003 em Monchique»

Carlos Tuta, presidente da Câmara Municipal de Monchique, membro do Comité das Regiões



Monchique (5 400 habitantes) difere da maior parte dos restantes concelhos do Algarve, em virtude de não possuir praia e ter uma vasta área florestal. Este concelho, que contém na sua área geográfica o ponto mais alto do Sul do país, o monte da Fóia, com 903 metros de altitude, é uma zona de

montanha, assumindo-se por isso como um efectivo complemento à oferta turística do Algarve. Aliás, o turismo, tal como em toda a região, é a principal actividade económica. Para além disso subsistem actividades ligadas à exploração pecuária, principalmente suínos, e florestal, sobretudo eucalipto.

No Verão de 2003, o concelho foi fortemente atingido por violentos incêndios, os quais percorreram 82,5% do território, tendo consumido explorações agro florestais, pecuárias, habitações, equipamentos e infra-estruturas.

Do rasto deixado pela catástrofe foram inventariadas 79 habitações destruídas, de entre as quais 44 eram de primeira habitação. Várias explorações pecuárias foram afectadas, tendo-se registado a morte do respectivo efectivo pecuário.

No que se refere ao património natural, os incêndios devastaram vastas explorações florestais de eucalipto, sobreiro, pinheiro, castanheiro, etc., assim como extensas áreas de matos e de medronheiros. Noutras zonas, as chamas consumiram sobretudo áreas de cultivo de produtos hortícolas e frutícolas.

A catástrofe, para além de destruir no imediato o património natural e construído de uma vasta área do concelho, produziu um efeito absolutamente nefasto para a economia das gentes que vivem na serra algarvia, comprometendo seriamente as suas vidas nos tempos mais próximos.

Ao nível das infra-estruturas públicas, registaram-se numerosos danos, quer a nível das redes viária e hidrográfica, de abastecimento e de saneamento de água, quer de outros equipamentos. Destacam-se neste quadro a destruição da sinalética e da sinalização horizontal das estradas e caminhos atingidos pelos incêndios, bem como o entupimento de valetas, aquedutos e ribeiras e outras linhas de água que receberam os resíduos da devastação.

As acessibilidades cortadas, as linhas de água e obras de hidráulica obstruídas, a sinalização de trânsito deteriorada ou eliminada, mereceram particular atenção da Câmara Municipal, que interveio no sentido de repor a normalidade da vida das populações residentes e prevenir situações futuras.

Não tendo recursos financeiros suficientes para reparar os danos, a Câmara Municipal candidatou ao Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) vários projectos de limpeza e desobstrução das linhas de água, reparação e limpeza de caminhos agrícolas e florestais, reposição da sinalética vertical, horizontal e de segurança nos principais troços afectados e reparação de outros equipamentos públicos danificados.

O conjunto das intervenções propostas foi estimado em 2 714 102,84 euros, cujas candidaturas já foram aprovadas. Em Outubro de 2004, cerca de 60% dos trabalhos estavam concluídos. Os restantes projectos estão em fase de adjudicação e, outros, de início de trabalhos.

A concretização das acções financiadas pelo FSUE, materializadas na reposição da normalidade e na reparação dos danos físicos, possibilitará o restabelecimento da normalidade das populações residentes e, de certo modo, minimizará os efeitos da catástrofe, encorajando-as a superar as dificuldades e as perdas que tiveram.

Contacto: presidente@cm-monchique.pt.

Página Internet: <http://www.cm-monchique.pt>.



França: o FSUE é um maná em caso de inundações

Em socorro do Gard

Fustigado duas vezes por graves inundações, o Departamento do Gard beneficiou do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) para reparar os importantes danos sofridos, para reparar as infra-estruturas e os serviços sanitários ou socioeducativos, mas também para proteger o território e evitar tanto quanto possível os riscos futuros. No total, foram empreendidas 115 operações que constituíram uma autêntica façanha em termos de gestão atendendo aos prazos curtos exigidos. Visita aos pioneiros do FSUE.



As cheias do Vidourle atingiram o primeiro andar das casas em Sommières.

«O FSUE é um reforço!», exclama Jean-Pierre Hugues. «Vinte e um milhões de euros injectados em oito meses é realmente uma grande ajuda à economia!» E o prefeito sabe do que está a falar: em apenas dois anos teve de coordenar, por duas vezes, a aplicação do Fundo de Solidariedade no seu departamento.

Entalado entre o Maciço Central, o mar Mediterrâneo e o Ródano, e atravessado por impetuosas torrentes de água, o Departamento do Gard (Languedoc-Rossilhão) está particularmente exposto a inundações. Em 8 e 9 de Setembro de 2002, este território foi atingido por cheias torrenciais, devidas ao que os meteorologistas franceses chamam um «episódio cevenol»: nas montanhas Cevenas, que rodeiam a norte o departamento, formam-se violentas trovoadas, cujas águas correm rapidamente para as planícies costeiras. As chuvas são, por vezes, tão súbitas e abundantes que nem o leito dos rios, nem os diques construídos no decorrer dos séculos são suficientes para conter os enormes volumes de água. Trata-se de um fenómeno

corrente no final do Verão, mas, em Setembro de 2002, as precipitações atingiram o seu nível mais elevado desde que se efectuam medições, provocando inundações cujas consequências foram particularmente dramáticas: 23 mortos, 300 concelhos (em 353) afectados em diverso grau, danos materiais calculados em 830 milhões de euros, etc.

«Em Alès, compreendi pela primeira vez a importância vital das comunicações», conta Samuel Glairon-Rappaz do gabinete de ordenamento do território e de desenvolvimento local na Prefeitura do Gard. «Ver no século XXI, em França, uma cidade de 50 000 habitantes completamente isolada do mundo é realmente impressionante!». Ora, devido à violenta e súbita ultrapassagem das margens pelas águas do Gard, que danificou todas as infra-estruturas de comunicação, estradas e antenas fixas da rede de telemóveis, a urbe de Alès ficou completamente isolada durante vinte e quatro horas.

«Aconteceu às 6h30 da manhã do dia 6 de Setembro. O rio Gard subiu um metro em relação às margens», recorda-se François Saix, director da clínica Bonnefon, estabelecimento de 200 camas situado no centro de Alès. «Uma gigantesca onda de água penetrou subitamente no vestíbulo do edifício! Felizmente que aconteceu nessa hora, momento em que não havia pacientes no bloco operatório, instalado no subsolo! Caso contrário, os pacientes não teriam a mínima possibilidade de escapar... Alguns membros do pessoal que aí se encontravam nesse momento só tiveram o tempo necessário para fugir antes da água alagar tudo!»

Vítima de inundações catastróficas algumas semanas após a Alemanha, a República Checa e a Áustria, o Departamento do Gard fez parte do primeiro grupo de beneficiários do Fundo de Solidariedade da União Europeia, criado em 11 de Novembro de 2002. Um mês depois, em 11 de Dezembro de 2002, a Comissão Europeia decidiu conceder à França uma ajuda de 21 milhões de euros a título do FSUE, para financiar as acções de emergência no Gard. Foram assim financiadas pelo fundo 115 operações, com montantes que variam entre dois mil e mais de dois milhões de euros.



Unidade modular com o bloco operatório instalada no telhado da clínica Bonnefon.

Sobrevivência

Em conformidade com as disposições regulamentares do FSUE, os créditos serviram, antes de mais, para restabelecer as infra-estruturas. No Gard, o restabelecimento dos sistemas de abastecimento de água e das redes de transporte mobilizou 4,5 milhões de euros, contra 6,3 milhões para os equipamentos de saúde e de ensino.

Em Alès, por exemplo, a clínica Bonnefon registou prejuízos num montante de 5,4 milhões de euros. As seguradoras responsabilizaram-se por quatro quintos desse montante, ficando por indemnizar uma perda de um milhão de euros. A concessão de uma ajuda de 783 382 euros do FSUE foi providencial. Um adiantamento imediato de 15% no início de 2003 permitiu reparar e reinstalar as estruturas de cuidados de saúde em edifícios provisórios e realocar nos diferentes andares os serviços cirúrgicos, entre os quais o bloco operatório.

O Fundo de Solidariedade completa as outras ajudas públicas, complementa as carências das indemnizações privadas e fornece também os pequenos extras que fazem a diferença, nomeadamente em termos de prevenção. «Os 311 000 euros do FSUE permitiram-nos reparar rapidamente os danos, mas também tomar medidas preventivas, como a instalação

de painéis estanques ou de um dispositivo que garante o funcionamento dos grupos electrogéneos», sublinha Jean-Louis Tetu, director adjunto do Centro Hospitalar de Alès (600 camas), que foi também severamente danificado pelas inundações. «Todos estes investimentos seriam impossíveis sem a ajuda do Fundo», insiste Michel Gil, director financeiro deste hospital, que serve uma população de 120 000 pessoas.

O sector do ensino recebeu, por seu lado, 2,8 milhões de euros. Numerosos infantários, escolas, colégios, liceus e outros estabelecimentos sociais e educativos beneficiaram do Fundo de Solidariedade no departamento do Gard. Em Bagnols, por exemplo, o instituto médico-educativo «Les Hame-lines» recebeu perto de 270 000 euros para recuperar as suas instalações, que foram praticamente devastadas pelas cheias do rio Cèze. «Sem a intervenção da Europa, teríamos que fechar definitivamente este magnífico sítio e partir para outro lugar, só Deus sabe quando e para onde!», afirmam em coro Yves Abad e Jean-Claude Tichadou, respectivamente director e presidente deste centro para jovens com grandes dificuldades.

Do contacto com os beneficiários no terreno deduz-se facilmente que o Fundo de Solidariedade permite preservar estruturas, úteis e necessárias, que não dispõem dos recursos financeiros necessários para subsistirem a uma catástrofe desta amplitude. Sem o FSUE, perder-se-iam anos e anos de trabalho associativo, por exemplo. Longe de ser uma espécie de «fundo humanitário para ricos», como se poderia pensar, o Fundo de Solidariedade é um verdadeiro instrumento ao serviço de um novo desenvolvimento.

Ponte do Gard

«Sem o FSUE, esta ponte teria que permanecer muito tempo no estado em que o Gard a deixou», declara Bernard Pouverel, director da estrutura administrativa da Ponte do Gard. «Ter-se-iam feito os trabalhos mais urgentes, mantendo-se uma estrutura frágil, quando se sabe que as inundações vão inevitavelmente repetir-se». Para o quarto sítio arqueológico mais frequentado da França (1,4 milhões de visitantes por ano), não se pouparam esforços: um investimento de 2,2 milhões de euros fez desta operação a mais ambiciosa do Fundo de Solidariedade no Departamento do Gard.

Grande espaço patrimonial, de envergadura internacional, recanto de passeio e de banho para a população local, o sítio com a mais alta ponte-aqueduto romana conhecida foi alvo de uma considerável valorização: 9,833 milhões de euros provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) permitiram valorizar e proteger melhor o local, dotando-o de um museu, de um bar e de uma zona comercial «controlada» e, ao mesmo tempo, organizar áreas de estacionamento contíguas. «Precisamente no momento em que tudo isto começava a funcionar, o rio Gard fez das suas e destruiu as margens!», deplora Bernard Pouverel.

O Fundo de Solidariedade interveio essencialmente em dois eixos: 1,36 milhões de euros serviram para construir represas no rio Gard numa extensão de 400 m e 840 000 euros foram utilizados na construção de uma área de lazer consolidada, que substitui os antigos terraços arrasados pelo rio. «Era necessário moldar o ferro enquanto estava quente», continuou o director. «Depois, seria muito difícil encontrar

rapidamente 1,3 milhões de euros para reconstruir o muro da represa. O que até calhou bem, dado que as equipas de trabalho ainda estavam no local, a finalizar os arranjos financiados pelo FEDER. Além disso, o FSUE acelerou as operações de limpeza.»

O reforço das infra-estruturas de prevenção e a «protecção imediata do património cultural» são outra vertente essencial do Fundo. No Gard, a desobstrução e limpeza do leito principal dos cursos de água mobilizou 5 milhões de euros, ao passo que 2,1 milhões foram afectados à reabilitação e ao ordenamento — de maneira ecológica — de represas e barragens. Para isso, a presença de comités de gestão de bacia, responsáveis pela gestão de toda a problemática dos cursos de água de uma mesma bacia, facilitou imenso a aplicação deste eixo do FSUE.

Laboratório

«Pode-se dizer que o FSUE beneficiou dois tipos de intervenientes», afirma Chantal Dumontel, directora das Acções do Estado na Prefeitura do Departamento do Gard: «Os beneficiários finais oficiais, claro está, mas também todos os serviços do Estado, que foram obrigados a mostrar-se inventivos para assegurarem flexibilidade na gestão e até mesmo aplicarem, nalgumas situações, práticas revolucionárias. A este respeito, o Fundo de Solidariedade foi um laboratório de boas práticas.»

Disponíveis em 26 de Dezembro de 2002, os 21 milhões de euros de créditos do FSUE para o Gard foram utilizados integralmente entre Março e Dezembro de 2003, em conformidade com a obrigação de utilizar as ajudas do FSUE dentro do mesmo ano orçamental. Este prazo de gestão, extremamente curto, exige uma grande capacidade de reacção e parcerias eficazes. O FSUE obrigou assim os diferentes intervenientes públicos (Estado, Região, Conselho Geral, concelhos), e igualmente os donos de obra e os empreiteiros privados envolvidos, a colaborar estreitamente.

O restauro fiel da ponte São Nicolau, cerca de dez quilómetros a montante da Ponte do Gard, é um exemplo notável das sinergias impostas pela implementação do Fundo de Solidariedade. Apesar dos seus arcos de 19 metros de altura, a ponte, construída no século XIII entre as margens do Gard, ficou cerca de 2,70 metros submersa, em Setembro de 2002, tendo as águas do rio atingido neste local 22 metros de altura! Toda a parte superior da ponte foi destruída. Como se tratava de uma ponte rodoviária estratégica e de um lugar simbólico para a população do Gard, tomou-se a decisão de reparar a ponte respeitando este património inestimável. «Hesitávamos em utilizar o FSUE devido ao prazo imposto», esclareceu Michel Ravet, chefe do Gabinete de Ordenamento do Território e de Desenvolvimento Local na Prefeitura do Gard. «Era preciso que tudo estivesse terminado antes de Novembro de 2003, ou seja, oito meses no máximo. Foi um verdadeiro desafio, mas vencemo-lo.» Com efeito, em cinco meses, os financiadores, protectores e empreiteiros da ponte São Nicolau consultaram-se, negociaram, atribuíram o contrato e levaram a cabo obras que exigiram «o talhe de pedras à medida, dado serem todas de tamanhos diferentes», sublinha Claude Cap, responsável pelas obras, apoiando-se nas plantas da obra.



Ponte São Nicolau destruída pelo rio Gard (em cima) e fielmente restaurada (em baixo).



«Plano Marshall»

«Escolhemos promotores de projectos capazes de poderem utilizar os créditos num ano», explica o prefeito Jean-Pierre Hugues. «Depois, funcionámos também em perfeita harmonia e adoptámos um método de gestão em parceria, baseado numa célula de reconstrução, em comités de programação semanais, comités de acompanhamento mensais, etc. O que facilitou as coisas foi o facto das regras do FSUE serem muito mais simples e flexíveis do que as do FEDER. A vertente «Plano Marshall» do FSUE é muito eficaz. Por último, o facto de ter um prazo muito curto e uma data limite motiva ao máximo a mobilização de energias.»

Em Dezembro de 2003, o Gard foi outra vez fustigado por inundações, mas muito diferentes das anteriores, dado tratar-se de cheias do Ródano. O rio transbordou das margens durante uns quinze dias, nos limites dos departamentos do Gard, Vaucluse e Bouches-du-Rhône. Foram afectados 26 concelhos. É certo que a boa gestão dos créditos do FSUE em 2002 não prejudicou em nada a concessão em 2003, após esta segunda vaga de inundações, de uma nova ajuda financeira de 19,626 milhões de euros, a dividir pelos três departamentos.

«Não queremos depender do Fundo de Solidariedade», insistiu o prefeito. «A melhor resposta à preciosa ajuda da Europa é a prevenção dos riscos e é, antes de mais, uma questão de ordenamento do território e de desenvolvimento sustentável: é necessário, por exemplo, incentivar as pessoas a reinstalarem-se nos centros-aldeia em vez de continuar a política de construção de loteamentos. É difícil convencer as pessoas. O facto de um pedido de licença de nova construção ser agora recusado, desde que seja possível uma inundaçã de mais de 50 cm, não é uma medida muito popular, mas consegue-se...»

Itália

«O Fundo de Solidariedade para superar o terrível tremor de terra de 2002»

Corrado Seller, *director-geral, protecção civil italiana*



Em 31 de Outubro e 1 de Novembro de 2002, as regiões da Molise e Puglia, no Sul da Itália, sofreram uma série de abalos sísmicos que atingiram uma magnitude de 5,4

na escala de Richter. Estes abalos ocorreram em numerosos concelhos das províncias de Campobasso e de Foggia, e puseram em dificuldade uma grande parte dos habitantes. A maior parte dos lugares situados nesta extensa zona do tremor de terra sofreu importantes prejuízos materiais. O sector de San Giuliano di Puglia foi o mais atingido, tendo os abalos destruído completamente a pequena cidade. O desmoronamento de um estabelecimento escolar causou a morte de 27 alunos e de um professor.

A catástrofe provocou, naturalmente, a intervenção imediata de todas as unidades da Protecção Civil presentes no território italiano. Foram mobilizados cerca de 5 000 homens — bombeiros, polícias, militares e socorristas voluntários — para responder a uma situação dramática, agravada pelas dificuldades de acesso e pelas más condições climáticas.

O tremor de terra deixou atrás de si um espectáculo de desolação. Tiveram de ser evacuadas cerca de 12 000 pessoas, que foram reinstaladas à pressa em 49 acampamentos provisórios: 2 737 tendas, 518 caravanas e 14 serviços de distribuição de refeições. Mas, para além

destas medidas de primeira urgência, o número de pessoas que perderam a sua habitação e que eram incapazes de encontrar um novo alojamento mostrou a necessidade de instalar habitações temporárias capazes de fornecer aos sinistrados condições de vida mais ou menos normais, até terminarem os trabalhos de reconstrução.

Foi assim necessário procurar lugares adequados para instalar estes alojamentos provisórios. Verificou-se ser indispensável deslocar a maioria dos habitantes de San Giuliano di Puglia para uma pequena colina situada a poucos quilómetros da cidade. A escolha deste sítio foi ditada pela exigência de segurança e pela necessidade de restabelecer as relações socioeconómicas. Surgiram escolas, comércio, escritórios e uma igreja para além da instalação de alojamentos susceptíveis de acolher cerca de um milhar de residentes. Criou-se, assim, uma aldeia de chalés de madeira, enquanto não termina a reconstrução da cidade de San Giuliano di Puglia.

O custo total dos danos causados pelo tremor de terra de 2002 está estimado em 1 500 milhões de euros. Em 8 de Dezembro de 2003, a Comissão Europeia concedeu uma ajuda financeira de cerca de 31 milhões de euros a Molise e Puglia, a título do Fundo de Solidariedade. Perto de 9 milhões de euros serviram para a reparação imediata das infra-estruturas e dos equipamentos necessários à distribuição de electricidade, ao abastecimento de água e à evacuação das águas residuais, às telecomunicações, aos transportes, aos serviços sanitários e aos estabelecimentos de ensino; 11 milhões de euros foram utilizados para construir alojamentos provisórios e organizar serviços de emergência para a população das zonas sinistradas. Por último, uma terceira vertente de financiamento, que ronda os 11 milhões de euros, foi utilizada para a execução de múltiplas acções tendentes a garantir a segurança das infra-estruturas e a protecção do património cultural. Este último foi consideravelmente danificado, pois o sismo desfigurou uma grande parte das igrejas, monumentos e edifícios históricos que abundam em Molise e na Puglia.

Uma grande parte da ajuda comunitária já foi utilizada e a realização das actividades previstas está em vias de conclusão. Neste sentido, sublinha-se a importância que teve a intervenção financeira da União Europeia e o papel chave desempenhado pelo Fundo de Solidariedade.

Contacto: corrado.seller@protezionecivile.it.



Alojamento provisório para os sinistrados.

A prevenção dos riscos é uma prioridade dos fundos estruturais para o período 2007-2013

Impõe-se na União Europeia uma abordagem global e integrada dos riscos.



■ O projecto SDF apoia a prevenção das cheias do Reno no âmbito do Interreg IIIB.



Sete milhões de pessoas afectadas e 60 mil milhões de euros de perdas são o balanço das catástrofes naturais e tecnológicas na Europa, entre 1998 e 2002, nos 31 Estados-Membros da Agência Europeia do Ambiente (AEA). Segundo as companhias de seguro, a situação será ainda pior no futuro, dado só o custo das catástrofes naturais poder atingir 150 mil milhões de dólares por ano no próximo decénio.

O impacto das catástrofes destes últimos anos no tecido económico das regiões afectadas ultrapassa a capacidade dos mecanismos de indemnização existentes. Os esforços empreendidos nos Estados-Membros, por vezes com o apoio dos fundos estruturais, para dinamizar a sua economia ou reabilitar os seus territórios, poderão vir a ser destruídos. Além disso, uma catástrofe natural ou tecnológica afecta frequentemente mais do que um Estado. Perante estes elementos, impõe-se uma abordagem global e integrada dos riscos na União Europeia.

A prevenção compreende diferentes tipos de acção: medidas de atenuação do risco, destinadas a corrigirem as causas de risco na própria origem (por exemplo: redução das emissões de CO₂, obrigação de construir em zonas não inundáveis, etc.), e medidas de adaptação para «viver com o risco» (por exemplo: adaptação das regras de construção, realização de barragens ou de represas). A política de coesão europeia e as políticas comunitárias em favor do ambiente, do desenvolvimento rural, dos transportes ou da investigação financiam estes dois tipos de acções.

A Comissão apoia igualmente acções que permitem melhorar o conhecimento dos riscos, através de sucessivos programas de investigação. Além disso, numerosas directivas e outras disposições regulamentares comunitárias contêm medidas relativas aos riscos naturais ou tecnológicos.

A prevenção dos riscos: de uma possibilidade de financiamento a uma prioridade

No âmbito da política de coesão actual são financiadas numerosas acções de prevenção de riscos. O regulamento «FEOGA» e a comunicação da Comissão relativa à iniciativa comunitária de cooperação transeuropeia Interreg III prevêem directamente acções de prevenção.

No rescaldo das catástrofes que assolaram vários Estados-Membros da União em 2002, a Comissão recomendou, nas suas orientações indicativas revistas, que estabeleçam as prioridades para a aplicação dos fundos estruturais que as acções a favor da prevenção dos riscos possam ser financiadas no quadro da revisão intercalar dos programas em 2004 e do subsídio de reserva de desempenho a título do qual foram repartidos 8,246 mil milhões de euros pelos programas mais eficientes.

A proposta de regulamento relativa ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), adoptada pela Comissão em meados de Julho de 2004, prevê que a prevenção dos riscos seja uma das três prioridades do período 2007 a 2013. O regulamento relativo ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (Feader), bem como o Fundo Europeu para a Pesca (FEP) também contêm disposições em matéria de riscos (*ver quadro a seguir*).

Definir zonas relevantes

Os territórios que beneficiam da intervenção dos fundos, determinados em função dos critérios socioeconómicos para o período actual, nem sempre são elegíveis para acções de prevenção. A proposta de regulamento FEDER prevê que a escolha das zonas elegíveis compete ao Estado-Membro em questão.

Quanto ao Feader, as medidas de prevenção dos incêndios estarão dependentes de zonas consideradas zonas de risco pelo Estado-Membro em questão. Também está prevista a designação, pelo Estado, de zonas propícias a reflorestação.

A proposta de uma taxa de intervenção mais elevada para os territórios que sofrem de carências naturais deveria facilitar acções de prevenção nestas zonas onde as dificuldades de financiamento nem sempre permitem executar acções eficazes para a prevenção de determinados riscos, como os incêndios ou as avalanches.

Antecipar a reflexão sobre as estratégias a adoptar

As propostas de regulamentos para o período de 2007 a 2013 serão adoptadas em 2005. Uma reflexão a montante, nos Estados-Membros, sobre a delimitação das zonas geográficas relevantes e sobre a concentração temática, geográfica e financeira será, sem dúvida, um elemento determinante para o sucesso das estratégias definidas.

O estabelecimento destas estratégias deverá ter em conta os riscos naturais e tecnológicos, especialmente nas regiões mais expostas. Serão indispensáveis instrumentos que permitam ter em conta todos os impactos — humanos, monetários, ambientais — para estabelecer estratégias eficazes de adaptação e de atenuação dos riscos.

Em matéria de prevenção dos riscos, a política de coesão permite um duplo exercício da solidariedade: não só presta **uma ajuda financeira às regiões mais desfavorecidas** da União como também a outras regiões cuja competitividade necessita de ser apoiada, para que os esforços de desenvolvimento possam ser **sustentáveis**. Por outro lado, a acção — ou inacção — de algumas regiões que podem inutilizar os esforços de desenvolvimento das outras encontram no apoio à **cooperação regional um reforço de solidariedade**. Concentrando os seus esforços na prevenção dos riscos, a política de coesão comunitária permite às políticas a favor do ambiente, dos transportes e do desenvolvimento rural exprimirem-se com mais vigor neste domínio, a nível das regiões dos 25 Estados-Membros.



Qualidade do ar: o programa ISPA financia a redução das emissões poluentes da central de Maritsa Est II, na Bulgária.

Política de coesão e prevenção dos riscos

	Período 2000-2006	Período 2007-2013
Desenvolvimento regional	<p>Orientações estratégicas revistas</p> <ul style="list-style-type: none"> > Realização de estudos geológicos ou de estabilização > Planos de prevenção dos riscos naturais <p>Interreg III</p> <ul style="list-style-type: none"> > Orientações e planeamento comuns para o ordenamento e a gestão das zonas fronteiriças > Valorização, desenvolvimento sustentável e preservação dos recursos florestais transfronteiriços; prevenção de catástrofes > Elaboração de estratégias conjuntas dos riscos 	<p>Objectivos «convergência» e «competitividade»</p> <p>Planos destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos</p> <p>Objectivo «cooperação regional»</p> <p>Temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> > Promoção da segurança marítima > Protecção contra as inundações e protecção das zonas marítimas internas > Prevenção e protecção contra a erosão, os tremores de terra e as avalanches <p>Acções:</p> <ul style="list-style-type: none"> > Fornecimento de equipamento > Desenvolvimento de infra-estruturas > Concepção e execução de planos de assistência internacionais > Sistemas de cartografia dos riscos > Elaboração de instrumentos comuns para a prevenção, acompanhamento e luta contra os riscos
Desenvolvimento rural	<p>FEOGA</p> <p>Prevenção e reparação dos riscos naturais e dos incêndios florestais que possam afectar a produção agrícola ou silvícola</p>	<p>Feader</p> <p>Prevenção e reparação dos riscos naturais e dos incêndios florestais que afectam a produção agrícola ou silvícola</p> <p>Desenvolvimento dos recursos silvícolas e melhoria da sua qualidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> > Primeiro reflorestamento das terras agrícolas e não agrícolas > Reforço do papel protector das florestas em matéria de luta contra a erosão dos solos > Gestão dos recursos hídricos e da qualidade das águas
Política da pesca		Reconstituição do potencial de produção do sector da pesca danificado por catástrofes naturais ou industriais

PAÍSES BAIXOS

Alargamento do leito do Reno



Custo total: 6 591 385 EUR

Contribuição da UE: 2 962 986 EUR

«O IRMA, programa de prevenção das inundações para as bacias dos rios Reno e Mosa, apoiou, entre 1997 e 2003, numerosos projectos, frequentemente inovadores. A deslocação da represa de Bakenhof, perto de Arnhem, é um excelente exemplo da abordagem integrada do IRMA. O projecto consistia em alargar em 200 metros o leito do Reno numa distância de vários quilómetros, sendo para isso necessário realocar um conjunto de hortas familiares. Escavou-se depois um canal de escoamento ao longo do leito do rio que, assim alargado, se tornou num novo espaço de natureza e de lazer para a população local. A operação, que conjugou o ordenamento paisagístico e a gestão das águas de escoamento numa zona muito urbanizada, permitiu descer em 7 cm o nível máximo atingível pelas águas do Reno neste lugar, reforçando assim a segurança dos habitantes de Arnhem.»

Jacqueline Laman, *Ministério da Habitação, Ordenamento do Território e Ambiente dos Países Baixos, ex-coordenadora do programa IRMA*

Contacto: jacqueline.laman@minvrom.nl

ESPAÇO ATLÂNTICO

Segurança marítima no Atlântico



Custo total: 84 350 EUR

Contribuição da UE: 48 920 EUR

«O Comité de Acompanhamento do Programa Interreg IIIB — Espaço Atlântico —, no qual participam numerosas regiões da França, Espanha, Irlanda, Portugal e Reino Unido, encomendou um estudo sobre a cooperação transnacional no domínio da segurança marítima. Os peritos, que representam as diferentes bacias marítimas da União, debruçaram-se sobre os tópicos seguintes: temas prioritários da rede a construir; critérios a que deverão responder os projectos para haver coerência e complementaridade com as missões dos organismos internacionais, dos Estados e das instituições europeias; parcerias a formar para que os projectos constituam um real valor acrescentado na política de segurança marítima. Esta iniciativa inscreve-se no âmbito da preparação do futuro período de programação, na qual serão prioridades a prevenção dos riscos e a dimensão marítima.»

Ronan McAdam, *Coordenador do Programa Interreg IIIB «Espaço Atlântico»*

Contacto: interreg@cr-poitou-charentes.fr

Internet: www.interreg-atlantique.org

MAR DO NORTE

Prevenção das inundações



Custo total: 9 847 575 EUR

Contribuição UE: 4 923 788 EUR

«As inundações são um risco comum à maioria das regiões marítimas. O projecto FLOWS mobiliza numerosos intervenientes do espaço de cooperação Interreg IIIB 'Mar do Norte', envolvidos na protecção e no desenvolvimento sustentável das zonas inundáveis. O FLOWS associa as dimensões técnica e social da prevenção das inundações para melhor integrar esta prevenção no ordenamento do território. O projecto deve conduzir à elaboração de uma cartografia mais precisa, a melhores métodos de simulação para as inundações e a utilização do solo, ao desenvolvimento de uma sinalização dos riscos e à sensibilização do grande público, dos responsáveis políticos e do mundo das empresas. No Reino Unido, foram assim escolhidas três construções demonstrativas, para testar métodos susceptíveis de reduzir os danos causados pelas inundações.»

Helen Elliott, *chefe de projecto, Cambridgeshire County Council*

Contacto: Helen.elliott@cambridgeshire.gov.uk

ESPAÇO ALPINO

A geodesia ao serviço da prevenção dos riscos



Custo total: 1 988 334 EUR

Contribuição da UE: 974 167 EUR

«O objectivo do projecto ALPS-GPSQUAKENET é criar uma rede transnacional de geodesia ultra-eficiente baseada em captores GPS (*Global Positioning System — Sistema de Posicionamento Global*), que cobrem o conjunto do Espaço Alpino. De uma precisão da ordem de um milímetro por ano, trata-se da primeira rede geodésica transalpina. Esta rede permitirá utilizar plenamente todas as aplicações do GPS: determinação dos riscos sísmicos, meteorologia, controlo territorial, navegação, transportes, cartografia, etc. Baseado numa parceria composta por especialistas de geodesia e utilizadores finais, o projecto constituirá uma excelente plataforma para a formação cruzada dos agentes regionais e dos jovens cientistas.»

Abdelkrim Aoudia, *chefe de projecto, Universidade de Trieste*

Contacto: aoudia@dst.units.it

Página *web* Inforegio

A página *web* Inforegio fornece um quadro completo da política regional europeia. Para conhecer as últimas informações, consulte a secção «Newsroom»:

http://europa.eu.int/comm/regional_policy/newsroom/index_fr.htm

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Política Regional
Unidade 01 «Informação e Comunicação»
Thierry Daman
Avenue de Tervuren 41
B-1040 Bruxelles
Fax: (32-2) 296 60 03
E-mail: regio-info@cec.eu.int
Internet: http://europa.eu.int/comm/dgs/regional_policy/index_pt.htm

Informações sobre as ajudas regionais da União Europeia:
http://europa.eu.int/comm/regional_policy/index_pt.htm

ISSN 1725-8154

© Comunidades Europeias, 2004
Reprodução autorizada mediante indicação da fonte



Serviço das Publicações
Publications.eu.int